

ILARI, Rodolfo. *Lingüística Românica*: Editora Ática, S. Paulo, 1992.

Assistimos, em algumas universidades brasileiras, ao redespertar de interesse dos estudos históricos, mesmo naquelas em que os estudos sincrônicos marcaram uma das características mais distintivas de sua investigação acadêmica. Este é um sinal promissor de que a pesquisa lingüística vai aos poucos se livrando do seu exclusivismo descritivista para despontar rumo a uma visão mais ampla do seu panorama de interesse.

É neste clima que a Editora Ática lança a *Lingüística românica* do conhecido e competente colega Rodolfo Ilari, do Departamento de Lingüística da Universidade Estadual de Campinas. Divide-se o livro em quatro partes e um **Apêndice** intitulado *O Português do Brasil*, (pp. 237 a 269) elaborado por outro não menos competente colega, o professor Ataliba T. de Castilho, de cujo ensaio não me ocuparei nesta breve resenha, para ficar estritamente nos temas de que tratam os programas de Lingüística/Filologia Românica. A primeira parte é dedicada à *História e métodos da Lingüística Românica* (pp. 17 a 38; a segunda ocupa-se com *A romanização* (pp. 41 a 52), a terceira com *O latim vulgar* (págs. 57 a 132), a quarta com *A formação das línguas românicas* (pp. 135 a 234). Completam a obra 26 mapas e duas referências bibliográficas, uma relativa ao texto do Prof. Ilari (pp. 70 a 272) e outra ao do Prof. Ataliba (pp. 277 a 285). Bastante útil e didático para o consulente orientar-se se deseja informação mais aprofundada é o conjunto de quadros que constituem a *Complementação bibliográfica* (pp. 272 a 276).

Numa obra que abarca temas tão largos é natural que fiquem alguns pontos menos esclarecidos, enquanto outros necessitem de alguns reparos, ao lado de alguns que estão no plano de meras opções de doutrina. Entre estas últimas, está, por exemplo, a debatida questão do chamado "latim vulgar". O Prof. Ilari, nas pegadas do grande romanista que foi o Prof. Theodoro Maurer Jr., e, fonte de ambos, o velho e genial Frederico Diez, tem o latim vulgar como "a língua efetivamente falada no mesmo período [isto é, no final da República e no início do Império] (p. 58), que se opõe ao latim literário". Por isso, vê o latim vulgar como "um **proto-romance**, isto é, como o ponto de partida da formação das línguas românicas" (Ibid.), e daí "as línguas românicas tomadas em seu conjunto numa visão comparativa são a melhor fonte para o conhecimento de sua própria origem, um fato que ressalta quando se leva em conta a precariedade das fontes escritas do latim não literário" (p. 22).

Ora, conhecemos, a respeito desta última opinião, o que ocorreu com Meyer-Lübke que, depois de esposar essa tese na 1.<sup>a</sup> ed. do *Grundriss*, de Gröber, não mais fez referência a ela na 2.<sup>a</sup> ed., em virtude das críticas recebidas.

Esse conceito de latim vulgar aqui adotado, que o opõe ao latim clássico, isto é, essa tese sociológica de que o latim vulgar "foi de fato uma língua eminentemente popular" (pág. 59), é muito difícil de ser aplicado à sociedade romana, em que em todas as atividades, públicas ou privadas, conviviam aristocratas, plebeus e antigos escravos tornados libertos, como o próprio Prof. Ilari testemunha, ao citar, nas fon-

tes para o conhecimento do latim vulgar, o caso da Trimalcião, antigo liberto e novo rico. Isto para não falar do testemunho da história, porque, como diz Herculano de Carvalho, "para aceitarmos a mesma tese, teríamos ainda de admitir que as classes superiores, ou melhor, os indivíduos que as compunham e eram os detentores da forma "nobre" do latim, se teriam extinguido subitamente (por qualquer cataclismo!...) sem haverem podido transmitir aos seus descendentes o seu saber lingüístico – o que é não só anti-histórico, mas "a priori" absurdo" (*Lições de Lingüística Românica*, 3.<sup>a</sup> ed., p. 62).

Sou dos que acreditam que a melhor lição está com aqueles para quem, conforme Coseriu, o chamado **latim vulgar** "não é nenhuma língua histórica real, mas apenas uma abstração que explica o elemento latino 'herdado' pelas línguas românicas", definindo-o como "um conjunto de formas 'vivas' (faladas) durante a época imperial", formas todavia nem contemporâneas nem universais, – umas pertencentes sem dúvida a todo o latim falado cerca do séc. IV d.C., outras porém limitadas a determinadas regiões ou determinadas áreas; umas exclusivas do latim falado, outras porém comuns ao latim literário; umas mais antigas, outras mais modernas; formas que além disso não esgotarão seguramente todas as possibilidades expressivas do latim falado tardio, porque com certeza muitas outras, usadas em todo ou em parte do Império, se perderam sem chegar às fases românicas ou sem terem chegado a ser documentadas nestas" (E. Coseriu, *El lhamado "latín vulgar"*, pp. 39 e ss., e 54 ss., e José J. Herculano de Carvalho, *ibid.*, pp. 71-72). Melhor do que falar em "latim vulgar", deveríamos dizer simplesmente que as línguas românicas continuaram o latim.

É igualmente inexata e hoje posta de lado a tese de um latim falado uno em toda a extensão do Império ("...ao mesmo tempo que a semelhança entre as línguas românicas deixa entrever que na antiga România, nos primeiros séculos, deve ter sido falada uma língua latina relativamente uniforme", p. 58). Já Schuchardt, em 1885, acentuava que o latim vulgar não era uma língua única, mas um somatório de realidades lingüísticas. Em vista do exposto, as conhecidas **gramáticas do latim vulgar** não espelham, como deveria acontecer, um corpus homogêneo e unitário, e, por isso mesmo, se nos apresentam, no dizer de Herculano de Carvalho, como "uma coleção heteróclita de formas desemparelhadas" no tempo, no espaço (dialetos) nas camadas sociais (níveis de língua) e estilos de língua.

Desta divergência do conceito de **latim vulgar** surgem outras que a brevidade do tempo não me permite tratar com maior detenção. Lembro aqui a lição de se considerar o l.v. como proto-romance, conceito que, além de contrariar muitos fatos lingüísticos antigos existentes nesse chamado latim vulgar (a começar pela tendência de simplificação da sua estrutura gramatical: "A estrutura do proto-romance é mais simples que a do latim culto", p. 60), a expressão **proto-romance** tem inequívoco valor cronológico, embora se ensina, a páginas 61, que "a grande diferença entre as duas variedades do latim não é cronológica (o latim vulgar não sucede ao latim clássico)...".

Causa estranheza que o A. pouco trate da importância do grego na formação das línguas românicas, ainda que declare – sem se explicar – que, quanto à influência grega na língua literária, "ela foi certamente **menor** do que a influência exercida pelo grego sobre o latim vulgar" (p. 61).

Para não cansar o leitor, passo às questões menores. Ao falar de Diez e dos primeiros comparatistas, (p. 17), seria melhor não ficar somente na data de 1836 para a *Gramática* do fundador da nossa disciplina, pois dela estão fora os dois volumes seguintes. Também merece corrigida a data do *Dicionário etimológico* do mesmo romanista: 1854, e não 1853. Na mesma página, declara que o "nome Filologia Românica", com que a disciplina surgiu, é significativo do contexto intelectual em que se deu seu aparecimento". Ora, o nome de "Filologia Românica" parece ter sido usado pela primeira vez por K.A. Mahn, em 1863, conforme assinala Tagliani, nas suas *Origini*, na nota 2 da pág. 1, da 6.<sup>a</sup> edição (1972); como está, pode o leitor supor que o nome seja devido a Diez. Aproveito a ocasião, para dizer que o Prof. Ilari se serve da 3.<sup>a</sup> ed. (1959) da obra de Tagliavini, o que o levou a não aproveitar alguns dados para seu livro, já que no prólogo da 5.<sup>a</sup> edição (1969) o mestre italiano declarava "che una futura edizione (esta 5.<sup>a</sup>) avrebbe dovuto essere ricomposta non potendo più essere eseguita coi vecchi flani del 1959" (p. XI).

Na p. 18 lê-se: "O projeto de Bopp, que foi logo retomado por outro erudito da época, Jacob Grimm, deu ao estudo das línguas antigas um caráter genético e fez aparecer a preocupação de reconstituir, pela comparação, o indo-europeu, considerado como a origem comum das línguas das principais culturas clássicas".

Como está, entende-se que Bopp precedeu a Grimm, mas este escreveu sua *Deutsche Grammatik* em 1819 e já em 1822 saía a 2.<sup>a</sup> ed., onze anos antes da *Gramática comparada* de Bopp. A influência do dinamarquês Rask sobre Grimm é que importava salientar. A redação dá a entender que o processo da "reconstrução" do indo-europeu é devido a esses autores, quando o é a A. Schleicher. Neste pequeno trecho do A. estabelece-se uma relação estreita que, metodologicamente, está longe de existir entre as obras e os conceitos com que operavam Grimm e Bopp, por um lado, e Schleicher, por outro. O processo da reconstrução do primitivo comum indo-europeu deste lingüista, com seus dois grandes períodos de "desenvolvimento" e "decadência", encontra-se minimizado e algo distorcido na subseção "Documento: Da comparação à reconstrução" (pp. 22-24).

Ainda na mesma página 18, valeria acrescentar que a tese de fazer do provençal antigo a fonte direta das outras línguas românicas não foi exclusividade de Raynouard, mas, ao contrário, tem raízes bem distantes com o catalão Antônio Bastero; Ernst Robert Curtius (*Europäische Literatur*, 1954, p. 38) põe nesta lista Pasquier, Voltaire e Marmontel.

Em algumas passagens do livro há repetições de lições que, entre si, não se ajustam totalmente; assim, na p. 22, se lê "(...) **Appendix Probi**, um glossário que pode remontar aos século III ou IV d.C.", mas na p. 66 já aparece outra variante,

falando da mesma obra: "Fruto da atividade de um gramático chamado Probo, que deve ter vivido no século III...". Por outro, há de se fazer um comentário a **latere**. Depois do importante artigo de C.A. Robson não mais se data o **Appendix Probi** em época tão recuada, e sim, entre os sécs. V ou VI d.C.; também não se classifica, em geral, a obra como "glossário", já que o termo se aplica melhor aos conhecidos vocabulários; por outro lado, há muito se deixou de atribuir o **Appendix** a Probo.

Certamente estranhará o leitor que a páginas 35 se declare que "(...) os últimos desenvolvimentos da gramática chomskiana têm dado uma atenção especial às línguas românicas, apresentando-as como surpreendentemente distantes entre si quando julgadas por alguns dos principais parâmetros chomskianos", e na p. 59. "(...) a semelhança entre as línguas românicas deixa entrever que na antiga România, nos primeiros séculos, deve ter sido falada uma língua latina relativamente uniforme".

Na p. 62 lê-se: "Um exemplo da influência exercida pelo latim vulgar sobre o literário é o número cada vez maior de vulgarismos na língua da literatura", mas, na p. 70: "Nas obras literárias, o latim vulgar constitui a parte menos volumosa, ao passo o que o texto, em seu conjunto, segue geralmente os padrões literários tradicionais".

Ainda na p. 62: "Como iniciativa de aproximação entre a língua vulgar e o latim culto, pode-se citar a decisão da Igreja, no tempo de São Jerônimo, de redigir em um latim tanto quanto possível popular os textos do Novo Testamento", contrastando com o que se lê na p. 70: "(...) a *Vulgata*, a despeito do título, tem uma estrutura morfológica irrepreensível do ponto de vista do latim literário". Creio serem suficientes estes exemplos.

O Prof. Ilari adota o feliz expediente de apor aos textos latinos que cita, a respectiva tradução, com o fim de afastar do leitor os possíveis embaraços com o latim; todavia, merece maior cuidado a transcrição de tais passagens, a que faltam, para a competente colação, as referências bibliográficas. Assim, o texto de Orosio, citado à página 50, não é totalmente fiel, e a tradução ficou um tanto truncada, senão distante do original latino.

Em duas passagens da **L. R.** (pp. 63 e 66) traz-se à baila a conhecida declaração de S. Agostinho, segundo a qual "**melius est reprehendant nos grammatici quam non intelligent populi**". O Prof. Ilari comentou, na companhia de vários autores: "Evidentemente, essa tradição reflete uma orientação da Igreja no sentido de aproximar sua linguagem da do povo; é a mesma orientação que se resume nesta frase de um outro grande escritor cristão, muito atento a questões de língua, Santo Agostinho" (p. 63). Pelas próprias declarações do A., percebe-se que é uma frase de efeito, exatamente dentro das típicas figuras de retórica, tanto ao sabor do estilo daquele tempo, estilo muito bem estudado por E. Norden, em *Die antike Kunstsprosa vom VI. Jahrhundert v. Chr. bis in die Zeit der Renaissance*, 2 vols.

Não é, pois, uma declaração para se levar às últimas conseqüências. S. Agostinho está longe de ser um escritor popularizante.

Na p. 67, em razão de um trecho extraído da *Peregrinatio Aetheriae*, declara que nele se podem "reconhecer dois traços que antecipam aspectos das línguas românicas: o uso do demonstrativo com valor de artigo e o uso de **habeo** para formar uma locução verbal com valor equivalente ao futuro do pretérito". Que não se tem no texto um artigo se prova pela própria tradução; em nenhum passo, o A empregou o artigo definido onde o original apresentava o demonstrativo. Na *Peregrinatio*, **ille** e **ipse** são empregados anaforicamente para indicar a segunda referência, isto é, aquilo que já se sabe ou se conhece, porque já foi antes referido no texto. E a isto ainda não se pode chamar artigo definido, que é uma inovação tardia no latim. A mesma observação quanto a um pretenseo futuro do pretérito; temos, sim, uma locução verbal formada de v. principal + **habere** (**traversare habebamus**) para exprimir a modalidade, a obrigação, como, aliás, corretamente apareceu na tradução (**tínhamos que atravessar**).

Tendo em vista o significado específico de *Vulgata*, não há por que dizer: "Assim [o seguir o padrão do latim culto], a *Vulgata*, a despeito do título, tem uma estrutura morfológica irrepreensível do ponto de vista do latim literário" (p. 70).

A subseção 6 da terceira parte, das características do latim vulgar, é rica de informações, e por isso oferece comentários para muitos aspectos. Lembrarei aqui alguns deles. No caso da palatalização das velares (p. 79), mereceria uma distinção entre o fenômeno puramente fonético e o fonológico, já que no latim com muita probabilidade, existia já a palatalização sob o aspecto fonético, como alofones. Também caberia distinguir, em certas áreas da România – como o veglioto – o destino diferente se a vogal seguinte era **i** ou **e**, e se este e era aberto ou fechado. A tese de um retrocesso da palatalização na Sardenha, histórica e lingüisticamente estranha, está a pedir maiores esclarecimentos.

No tocante a mudanças de conjugação – fenômeno que o latim clássico também conhecia, dada a complexidade formal dos paradigmas verbais –, **tenere** não "passa a **tenire** apenas na Gália", (p. 99), pois o fato ocorre também com freqüência nos dialetos italianos.

Nesta mesma página, refere-se o A. ao importante trabalho do nosso erudito romanista Prof. Theodoro Maurer, em que propõe, contra a opinião antiga e ainda hoje aceita, que o aparecimento de **-esc-**, **-isc-**, esvaziado de seu valor incoativo, não se explica como artifício nivelador para unificar a posição do acento tônico, mas de uma combinação ou fusão (ingl. **blending**) dos verbos incoativos em **-escere** com os verbos oriundos de substantivos e adjetivos em **-ire**. Os que não aceitam esta explicação, contrapõem que em outras classes de verbo também ocorre esse nivelamento, inclusive nos verbos em **-are**, onde não se pode pensar na combinação aludida para os verbos em **-ire**. Rohlf's (*Grammatica storica della lingua italiana*, §526) lembra,

por exemplo, que o presente de **vindicare** era **vindicéjo** (no latim tardio), em vez do clássico **víndico**.

Outros argumentos contrários de peso incidem no fato de haver em reto-românico o infixo **-esch-** nos verbos em **-ir** e em **-ar**, em todas as formas, bem como verbos que não se explicam por qualquer combinação, apresentam esse infixo, como ocorre, por exemplo, com **finire**.

A rigor, não se pode afirmar, sem referência a certas proscições discursivas, que a "língua vulgar espessa o pronome objeto, ao passo que o latim literário deixava que fosse inferido pelo contexto" (p. 106). Está claro que o latim culto, como o vulgar, em certas condições, usavam dessas omissões na circunstância aludida; mas a omissão é particularmente freqüente nas línguas românicas, quando o verbo já se acompanha de pronome objeto indireto, de modo que, embora estritamente sintático, o caso se dá por questões de eufonia, conforme lembra Meyer - Lübke no §379 da sua *Syntaxe* (trad. fr.).

Na p. 107, ao tratar da possibilidade de o infinitivo ter sujeito próprio no latim e no domínio românico, creio que o A. deve explicitar melhor a sua redação, pois como está, com o exemplo em português "depois de eles **chegarem**", pode dar a entender que o "infinito pessoal" é tomado igual a "infinito flexionado", o que faz perigar a limpidez da lição: "Esse emprego, que é hoje uma das peculiaridades do português, aparece atestado antigamente na maioria dos domínios românicos", o que, quanto ao "infinito flexionado", sabemos que não conhece nem conheceu essa extensão na România.

Ainda nesta página, relativamente ao emprego do infinitivo substantivado, mereceria alusão ao duplo desenvolvimento deste fato; de um lado, temos um uso popular e antigo, já documentado em Plauto. Por outro lado, sob o influxo grego em parte, experimenta esse infinitivo difundido emprego no estilo científico, gramatical, filosófico e jurídico, no latim tardio e medieval, consoante a lição de J. Wackernagel (*Vorlesungen über Syntax*, I<sup>2</sup>, 273 e ss.).

Na p. 109 volta a tratar de matéria exposta na p. 95, a extensão do emprego de **suus** no latim vulgar; na verdade, a regra clássica do uso do emprego do possessivo em referência ao sujeito da mesma oração e, em certas condições, ao sujeito da oração anterior, reservando-se para os outros casos, o emprego dos demonstrativos (**eius, illius, eorum, illorum**), tem suas exceções já no próprio latim clássico, e no tardio a confusão se torna cada vez mais acentuada. Já no século VI, no latim da Gália, os textos espelham um novo sistema, conforme mostrou P. Geyer nas "Beiträge zur Kenntnis des gallischen Lateins" (*Archiv für lat. Lexikographie und Grammatik*, II, 1885) e por Dag Norberg (*Au seuil du Moyen Age*, p. 14), que cita o trabalho anterior. O que eu desejava assinalar é que o germe da mudança já estava no latim clássico, no uso complexo descontínuo do possessivo.

Na p. 115 é transcrito o *Testamentum porcelli* que melhor talvez estivesse posto ao lado dos textos que integram "as fontes escritas do proto-romance" (p. 65 e ss.); entre os comentários há o relativo a **parentes** "para indicar qualquer tipo de parentesco e não apenas os pais"; uma consulta ao *Dictionnaire étymologique* de Ernout-Meillet desfaz a afirmação de que tal uso é devido a "interferências do latim vulgar".

Na p. 129, repete-se a lição de **pecus** relacionado com **pecunia**, pois "por algum tempo, a riqueza foi representada como a posse de um número razoável de cabeças de gado"; ora, depois do magistral estudo de Benveniste (*Le vocabulaire des institutions indo-européennes*, I, 50 e ss.), senão posta de lado, fica esta lição pelo menos muito abalada. Também nesta página se dá como exemplo de **etimologia popular** a passagem do inglês **country-dance** ao português **contradança**, em que se interpretou **country** não como 'aldeia', mas como 'contra', e o empréstimo passou a significar "o nome de uma dança que segue a outra ou responde a outra". O que é preciso dizer é que não foi o português responsável pelo fato, mas sim o francês, vindo daí importado para a nossa língua.

Na página 130, o A. repete, para exemplificar um caso de alteração metonímica "que envolve um nexa temporal", lição de Ullmann, com a diferença de que o Prof. Ilari, não envolveu a ilustração com o toque de cautela, "in all probability", que lhe pôs o semanticista inglês. Trata-se desta passagem: "empregada [a palavra **missa**] de início na fórmula de despedida **ite [contio] missa est** (literalmente: "Ide, está dissolvida [a assembléia]"), com que o padre declarava dissolvida a reunião religiosa, ela acabou por indicar a própria reunião religiosa". Ullmann repete aqui a lição de Diez; porém, valeria a pena que o Prof. Ilari substituísse essa explicação pela que dá o lingüista italiano Antonino Pagliaro num exaustivo quanto fecundo estudo sobre a fórmula "**ite, missa est**", recolhido nos *Altri saggi di critica semantica* (pp. 127-182 da ristampa de 1971), onde a examina do ponto de vista lingüístico e extralingüístico nas comunidades cristãs primitivas. No tocante à lição de Diez, comenta: "Coloro che si sono preoccupati di dare un'etimologia della parola [**missa**], senza lasciarsi influenzari dagli sviluppi semantici successivi, hanno preso le mosse della formula **missa est**. Così Fr. Diez, *Etym. Wörterb. d. roman. Sprache*, 4.<sup>a</sup> ed., 1878, p. 212, spiega **missa est** sc. **concio**, mit welchen worten der diaconus die versammlung entliess". Tale spiegazione, dal punto di vista formale corretta e, anzi, da questo punto di vista l'unica possibile, ha il torto di essere troppo semplicista nei confronti della molteplicità dei significati; d'altra parte, ammette un'ellissi per la quale non si offre alcuna giustificazione, e, dando al verbo **missa est** il significato di 'è stata sciolta (sc. l'adunanza)', forza alquanto il significato fondamentale di **mittere**" (pp. 167-168).

Ao tratar das preferências e diferenças regionais, lê-se, na p. 131, que "a Sardenha e o sul da Ibéria desenvolveram o artigo definido a partir do demonstrativo **ipse**; alhures, o artigo definido se origina de **ille**". Nada obsta em relação ao sardo, mas quanto ao catalão (a lição é repetida na p. 174), será necessário dizer que as formas correntes dos artigos são **el, la, l', els e les**, e que só em algumas regiões da

costa norte e nas Baleares se usam as formas antigas *es* (m.) e *sa* (f.), com os respectivos plurais *ets* e *ses*, oriundos de *ipse*.

Aproveito o ensejo para lembrar que entre as regiões mais conservadoras da România põe o A. a Ibéria e o sardo (p. 132); em se tratando de um discípulo dos mestres Maurer e Salum, causa estranheza neste e noutros pontos a ausência de referência ao romeno.

Algumas vezes o Prof. Ilari trabalha com termos latinos não lhes atribuindo a significação fundamental. Assim é que, por exemplo, ensina que o verbo **sancio** significa "proibir" (p. 126) e nesta acepção o correlaciona com **santo**. Ora, aquele termo pertence à língua religiosa e política e, como ensinam Ernout–Meillet, quer dizer, "rendre sacré ou inviolable", daí **sanctus** também quer dizer "rendu sacré ou inviolable, sanctionné" e, posteriormente, o de "consacré par un rite" e, enfim, "véneré", "vertueux" e, na língua da Igreja, "saint". O significado **punir** é secundário.

Nesta mesma p. 126 não é rigoroso dizer-se que o latim **impedire**, a que se prendem o port. **impedir** e o it. **impedire**, têm como "correlatos **empêcher**, **empecer**"; como está, parece que estes dois últimos se prendem diretamente à fonte **impedire**, o que contraria os princípios de fonologia histórica do francês e do português, pondo de lado **pedica** e seu provável derivado **\*impedicare**.

Está a exigir uma revisão acurada a transcrição do *Stammbaum* de Agard, reproduzido na p. 160. Um dos pontos positivos de Agard é não enfeixar o galego como domínio dialetal do espanhol, como faz o Prof. Ilari, talvez nas pegadas – aqui pouco felizes – de Vidos.

Lê-se o texto do Prof. Ilari com muito prazer e proveito. A parte tipográfica está cuidada, tendo, porém, escapado algumas gralhas que convém emendar. Lembrarei as seguintes; Bergman por Bergson (32), **Leherwörter** por **Lehnwörter** (150) e, *o > j*, **we** por **e**, *o > je*, **we** (162), **leit** por **llet** (174), lat. **capra** > **cabras** por lat. **capra** > **cabra** (179), seu **Saggi** por seus **Saggi** (189), macedo-romeno por macedo-romeno (195) Mountaner por Muntaner (219) MAGNO por MOURA (271).

Nos mapas 14, 16, 17, 18 e 19, melhor seria escrever **Valença** que **Valência**, em português; no 24, talvez devesse assinalar que em Alguero se fala catalão, fato que poderia aparecer nas referências do domínio do catalão (p. 174). Também neste última página, sugeriria a substituição de "no departamento de Roussillon" por "no departamento dos Pireneus Orientais".

Pelo que se diz acerca do destino do ditongo **au**, na p. 76, talvez fosse melhor, na p. 123, substituir **pauper** > port. **pobre** por **popere** > port. **pobre**; também faltou referência à passagem **au** > **ou**.

Acredito que, na p. 66, §5.1.1, Tertuliano saiu em vez de Quintiliano, já que desconheço a atividade do grande pilar da Igreja como autor de obra de retórica.

Destoam do tom científico do livro, a meu ver, a alusão meramente anedótica do Palácio **La Moneda**, de Santiago do Chile e da nossa **Casa da Moeda** (pp. 125-126) e à "suntuosa e cafoníssima recepção" da *Cena Trimalchionis*, em que o anfitrião "incorre no uso de **barbarismos**, isto é, formas vulgares, e **hiperurbanismos**, isto é, formas estapafurdiamente cultas ..." (p. 67). É pena que um exemplo de literatura humorística e satírica, que tem antecedentes literários em Platão e Horácio, com uma oportunidade de mostrar o **modus vivendi** e os valores dos **petits gens** de uma cidadezinha do campo, seja assim apresentado ao leitor. Como toquei nesta página, não me furto a oportunidade de lembrar que o latim **moneta**, a rigor, nada tem que ver com o verbo **moneo** (lembrado também na p. 130), e assim as ilações aí expendidas devem ser revistas. Ernout-Meillet, na boa tradição etimológica, ensinam, adotando o parecer de Assmann, que **Moneta**, templo de Juno e o verbo **moneo** têm filões diferentes, já que "**Moneta** au sens de "monnaie" serait d'origine phénicienne, et emprunté comme la plupart des noms de monnaies, cf. **as**; et le rattachement à **moneo** serait dû à une étymologie populaire" (op. laud., s. v. **Moneta**).

Estimo, para terminar, que o Prof. Ilari veja nestas observações esparsas o interesse despertado pelo seu novo livro, ao qual auguro próxima 2.<sup>a</sup> edição.

E.B.

\*\*\*